|  |
| --- |
| SÚMULA DA 103ª REUNIÃO ORDINÁRIA CPP-CAU/BR |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| DATA | 1 de DEZEMBRO de 2021 | HORÁRIO | 9h às 18h |
| LOCAL | Sede do CAU/BR - Brasília/DF | | |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| participantes | Cristina Barreiros (RO) | Coordenadora |
| Eduardo Fajardo Soares (MG) | Coordenador-adjunto |
| Guivaldo D’Alexandria Baptista (BA) | Membro |
| Rogério Markiewicz (DF) | Membro |
| Vania Stephan Marroni Burigo (SC) | Membro |
| CONVIDADOS | Nilton de Lima Junior (GO) | Membro da COA-CAU/BR |
| Rubens Fernando P. de Camilo (MS) | Membro da CPFI-CAU/BR |
| Antonio Couto Nunes | Assessoria Especial do Gabinete |
| Camila Leal Costa | Membro CPFi |
| Raul Wanderley Gradim | Membro CPFi |
| Gabriel Henrique Rosa Querne | Estagiário da Asses. Especial da Pres. |
| Assessoria | Caroline Bertol | |

|  |  |
| --- | --- |
| **Leitura e aprovação da Súmulas da 102ª Reunião Ordinária** | |
| **Encaminhamento** | Encaminhar para publicação |

ORDEM DO DIA

|  |  |
| --- | --- |
| **1** | **FUNDO DE ATHIS** |
| **Fonte** | CPP-CAU/BR e AIP | |
| **Relator** | Coordenadora Cristina Barreiros | |
| **Encaminhamento** | A Conselheira Cristina fez uma breve introdução, agradecendo a presença do Raul Gradim e de todos. Informou sobre o andamento do processo de construção do Fundo de ATHIS, sobre o término da consulta pública e as contribuições recebidas dos CAU/UF.  Na sequencia o Raul Gradim, iniciada a leitura do atual documento que seguiu para a consulta, apontou um parágrafo que está sem o número do documento e um parágrafo que deve sair dos considerandos e ser incorporado ao documento, que trata da importância do tema passar pelos plenários, pois não é um fundo imposto, depende da adesão dos CAU/UF.  Apresentou outros considerandos que ele possui dúvidas ou não tem conhecimento. Fala do considerando da semana da habitação que pode apontar o relatório da semana.  No Art. 2ª – ele destaca que não é aporte anual e que não pode ser da anuidade, mas da RRT. Baseado na efetiva atividade.  No Art. 6º disse que não deve ser 1/27, que ele havia proposto 10%, mas que isso deve ser repensado.  No Art. 10º §1º, destacou que o Colegiado de Governança deve ser necessariamente coordenado pelo coordenador da CPFi-CAU/BR.  No Art. 11º §2º que as atividades devam ser totalmente virtuais, pois representaria custo a possibilidade do presencial.  Quanto às contribuições recebidas destacou que devemos enfatizar no documento que o Fundo será por adesão. Destacou que todas são importantes e que precisamos avançar nesta discussão.  Na leitura do documento do Dr Medeiros, foi verificado mais uma vez que o projeto não deixa clara a questão da adesão ao fundo. E fica uma dúvida em relação à proposição do setor jurídico quando trata do desligamento do CAU/UF ao fundo, inclusive com previsão de retirado do saldo aportado.  Encerra sugerindo a lapidação e realização de mais consultas. Não colocar para consulta pública antes da consulta dos CAU/UF.  A Cristina explica a opção realizada para a contribuição de anuidades e não de RRTs e concordou com a questão da divisão em 1/nº (no art. 6º), representando o número de CAUs que viriam a aderir.  Questiona para o grupo se serão acatadas as sugestões em relação ao fundo abarcar outros temas para além de ATHIS.  O Raul explica que a expectativa é a mesma para RRT ou anuidade. E que anuidade está vinculada a outros instrumentos. Ressalta que ATHIS é um tema diferente dos demais, que não possui incentivo, diferente de patrimônio que possui IPHAN e outros órgãos e entidades que tratam do tema.  Camila Leal fala sobre a importância destas contribuições e destaca o foco central que é mais simples, redistribuição. Diz que precisamos voltar para a conceitualização.  Antonio Couto Nunes destaca a importância do foco no mérito. Uma vez entendendo o propósito fica mais claro de reorganizar. Fala sobre levar essa discussão por meio de um evento.  A analista Caroline Bertol faz uma sugestão para oficinas no primeiro semestre com fechamento na semana da habitação.  O Conselheiro Guivaldo Baptista destaca a bandeira que nasce com a CPP. Fala do papel da política da profissão, e que é importante que o fundo tenha a preocupação central a questão social, dando sentido para a redistribuição de recursos nacionalmente. E que precisamos dar uma resposta aos CAU/UF que estamos estruturando e que poderá ser realizada contribuições, seja por eventos, consultas, etc.  O Conselheiro Eduardo Fajardo relembra que o Fundo nasceu pela demanda de ATHIS e que pode abarcar prédios históricos e outros temas que a ela estejam associados. Fala sobre outras propostas como a Mútua ou Fundo de Aval que devem ser analisados para verificar qual o objetivo.  A Conselheira Vania se coloca alinhada com o Guivaldo, fala que o déficit habitacional piorou nos últimos anos e que o Fundo deve atender esse déficit.  Para tal tema e após um apanhado de todas as considerações, passa-se para os encaminhamentos, que ficará conforme deliberado:  1 – Respondermos aos CAU/UF agradecendo pela oportuna contribuição e informar que a CPP e CPFi-CAU/BR continuarão discutindo para agregar as contribuições recebidas e para aperfeiçoar a proposta do fundo. E para tal finalidade está propondo oficinas sobre o Fundo de ATHIS, em formato híbrido, a partir de março, com fechamento na Semana da Habitação prevista para o mês de agosto de 2022. Para tanto, solicita a indicação de um membro e suplente para essa participação;  2 – Informar que a CPP-CAU/BR entende que em um momento de crescimento da vulnerabilidade social no Brasil, diante da pandemia e suas intercorrências, o foco do Fundo proposto deva ser habitação social. Neste momento, não se coloca como um fundo de aval. Projetos habitacionais que englobem patrimônio, meio ambiente e outros temas estarão contemplados no fundo proposto;  **(Deliberação nº 021/2021 CPP-CAU/BR)** | |

|  |  |
| --- | --- |
| **2** | **Proposta de fusão da CPP e CPUA** |
| **Fonte** | CPP-CAU/BR |
| **Relator** | Conselheiro Rubens Fernando Pereira de Camilo |
| **Encaminhamento** | A Conselheira Cristina fala sobre a proposta que chegou por meio da SGM de fundir a CPP e CPUA.  Todos os membros se colocam contra considerando a extensa pauta voltada para a política profissional, a preocupação com o fortalecimento das ações da comissão. Ainda que existam alguns temas trabalhados por meio da matricialidade são tratados sob pontos de vistas completamente diferentes.  Após revisita ao plano de trabalho da comissão foi verificado que por conta da abrangência de atuações da CPP, a mesma deveria ser, pelo contrário, fortalecida com mais cadeiras considerando a importância da valorização dos diferentes eixos temáticos e abrangência de atuação das comissões especiais do CAU Brasil, dialogando com a sociedade e com os profissionais, com abordagem direta, atual e ágil.  Desta forma delibera:   1. Propor a ampliação do número de conselheiros da CPP-CAU/BR para 7 (sete) membros.   **(Deliberação nº022/2021 CPP-CAU/BR)** |

|  |  |
| --- | --- |
| **3** | **Licenciamento Urbanístico e Edilício** |
| **Fonte** | CPUA, CPP, AIP, CNM |
| **Relator** | Luciana Rubino |
| **Encaminhamento** | Para tratar sobre o tema de antenas a Luciana Rubino fez uma breve introdução dizendo sobre a necessidade dos Municípios atualizarem suas legislações (apenas 7 de 27 possuem essa atualização). A ideia é que as antenas fiquem nos equipamentos urbanos. Destaca que ela foi procurada para que o CAU participe de audiência pública sobre isso e que seja agendada uma reunião sobre o tema.  Fala sobre a cartilha de boas práticas da CNM e sobre a importância do 5G que tem sido enfatizada sobre a internet das coisas, as *smarts cities* dentre outros. O tema foi levado para o CEAU.  O Conselheiro Nilton fala sobre o problema do licenciamento simplificado para essas finalidades.  A Luciana sugere uma conjunta com alguém técnico para todos se atualizarem.  A Conselheira Alice Rosas fala sobre a importância de todos entenderem isso tecnicamente.  O Antonio Couto Nunes fala justamente de termos porta-vozes para o tema.  O Conselheiro Ricardo levanta a preocupação com a segurança dos dados para além da questão da paisagem urbana e outras questões.  A Conselheira Cristina Barreiros pergunta sobre o *timing* desse trabalho da comissão, pois pelo que se percebe já estão na fase de leilões.  Para tanto, foi agendada uma reunião conjunta, conforme segue:  **16ª REUNIÃO CONJUNTA CPUA-CAU/BR e CPP-CAU/BR**  Data: 8.12.2021 (16h às 18h – horário de Brasília)  Local: Videoconferência  Link para acesso: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting\_MWViZDg3Y2YtYzNjMy00MGFmLWJlMDAtZWJmNWYzYzY1M2E1%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%228e84fea3-95f0-4999-bd94-e0703c160252%22%2c%22Oid%22%3a%22b18d0b82-576d-46f5-8691-aff20b369e15%22%7d |

|  |  |
| --- | --- |
| **4** | **Projetos de Lei** |
| **Fonte** | AIP, CD, CPUA e CPP-CAU/BR |
| **Relator** | Membros da CPUA e CPP |
| **Encaminhamento** | PL220/21 e Lei 14.118 Casa Verde Amarela  Foi feita a leitura do posicionamento deliberado sobre a Lei 14.118, na sequência o Conselheiro Fajardo fez os seus apontamentos relacionados ao PL220/21, que altera a 14118 para prever questões relacionadas à melhoria em condomínios e núcleos habitacionais. Diz que o PL é positivo, mas que a Lei Casa Verde Amarela apresenta questões mais complicadas em termos de viabilidade.  A Luciana Rubino fez uma breve intervenção trazendo o histórico das análises e o processo que tem sido seguido.  Pelo avançar da hora, fica definido que cada relator passará por escrito sua relatoria e que será agendada data específica para esta finalidade. |

Brasília, 1 de dezembro de 2021

|  |  |
| --- | --- |
| **CRISTINA BARREIROS**  Coordenadora | **EDUARDO FAJARDO SOARES**  Coordenador-adjunto |
| **ROGÉRIO MARKIEWICZ**  Membro | **GUIVALDO D’ALEXANDRIA BAPTISTA**  Membro |
| **VÂNIA STEPHAN MARRONI BURIGO** Membro | **CAROLINE BERTOL**  Assessora |